

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

AS “PEQUENAS CIDADES” E SUA FUNCIONALIDADE NA REDE URBANA BRASILEIRA: UM
ESTUDO DE CASO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

José Geraldo Pimentel Neto (UFPE)
Fernando Ramalho Gameleira Soares (UFPE)
Keilha Correia da Silveira (UFPE)
Ana Cristina de Almeida Fernandes (UFPE)
Rogério Antonio de Araujo Santos (UFPE)
Priscila Batista Vasconcelos (UFPE)

As “Pequenas Cidades” e sua Funcionalidade na Rede Urbana Brasileira: um estudo de caso do Estado de Pernambuco

RESUMO

A Geografia Urbana Brasileira vem privilegiando os estudos de cidades médias e aglomerações metropolitanas. No entanto, dentro de uma rede urbana encontram-se, também, nós com pouca influência de polarização e que interferem nas políticas de desenvolvimento. Na rede urbana pernambucana seus últimos nós foram tratados, neste artigo, como “Pequenas Cidades”, centros capazes de polarizar e suprir uma pequena região com bens e serviços de consumo de menor frequência e de baixa complexidade. Assim, esta pesquisa está orientada para identificar e caracterizar as funcionalidades e complexidades das “Pequenas Cidades” pernambucanas, mostrando sua diversidade e necessidade de diferenciada intervenção política. Para atingir os objetivos pretendidos, buscou-se analisar as condições sócio-econômicas relativas às “Pequenas Cidades” diferenciando-as a partir de análises multivariadas. Foram estabelecidos 4 fatores fortemente relacionados com as variáveis relativas a educação, urbanização, renda e concentração de renda. Partindo destes dados foram classificados três grupos de “Pequenas Cidades” com características distintas em relação a sua dinâmica econômica e social. Desta forma, a compreensão das especificidades de cada grupo pode contribuir no desenho das políticas públicas urbanas.

As “Pequenas Cidades” e sua Funcionalidade na Rede Urbana Brasileira: um estudo de caso do Estado de Pernambuco

1 Rede Urbana e as Cidades: conceituação e importância para a caracterização das “Pequenas Cidades”

A rede urbana é foco de estudos tanto em países desenvolvidos como em países periféricos. As redes destes diferentes tipos de países apresentam, porém, características peculiares, que vêm atraindo a atenção de pesquisadores por envolver fenômenos como a urbanização, o desenvolvimento regional, a dinâmica urbano-rural, entre outros aspectos, bem como por auxiliar na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento.

O conceito de rede é abordado sob diversas perspectivas de análise. Castells (2000), Corrêa (1994), Rochefort (2003), Raffestin (1993) e Santos (2001) consideram como elementos definidores da rede a conectividade na qual é um mecanismo capaz de integrar, interrelacionar, relacionar, ou seja, dar fluidez ao território, ao mesmo tempo em que o delimita a partir da especificidade de atuação. A rede elimina a contigüidade territorial, ou seja, a linearidade dessa porção do espaço.

Essas articulações são feitas a partir dos nós que para as redes são lugares de conexões. De acordo com Raffestin (1993), os nós correspondem a lugares de poder e de referência. É através desses pontos que a rede solidariza, mas também exclui. Para Castells (2000) a Rede é um conjunto de nós interconectados e o Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. A rede urbana em termos genéricos pode ser compreendida como “um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, possuindo uma complexidade funcional, um padrão espacial e um grau de articulação interno e externo” (CORRÊA,1994). Sendo assim, as articulações seriam representadas pela infra-estrutura física da malha urbana, de modo que quanto mais desenvolvida a rede maior o grau de difusão.

Um dos teóricos clássicos da geografia alemã, Walter Christaller, dedicou-se a compreender a dinâmica urbana a partir dos conceitos chaves de centralidade, localidade central, região de influência das cidades e polarização. Propondo uma hierarquia urbana calcada em fluxos de bens e serviços, o autor sugeriu que a área de influência de uma cidade não é somente definida pela posição geográfica que ocupa, mas está associada a um conjunto de funções de bens e serviços que esta cidade oferece.

Um outro aspecto na obra de Christaller é a ausência da importância dos recursos naturais (recursos hídricos, condições climáticas, o tipo de solo, topografia do terreno entre outros) ou de questões de ordem histórico-social, que podem ser manifestadas a partir das heranças históricas, dos níveis culturais e dos hábitos de consumo.

Nos países desenvolvidos a rede urbana tende a ter um “padrão” de comportamento difuso, com uma distribuição espacial mais “equilibrada” e uma gama de interações significativas entre suas cidades. Contrapondo a esse comportamento, destacamos sob uma ótica christalleriana que os países periféricos apresentam redes urbanas com arranjo espacial de expressivo grau dendrítico, possuindo interações mais polarizadas ocasionando com isso o crescimento acentuado e desequilibrado de algumas poucas cidades na hierarquia urbana.

Harvey (1996) enfatiza que a espacialidade tradicional que o capitalismo gera é aquela das concentrações espaciais do capital e do trabalho, dos desequilíbrios regionais, das migrações desterritorializantes, da degradação sócio-ambiental, das periferias das cidades, do urbanismo segregador, da involução das “Pequenas Cidades”, da modernização predatória do campo, e é assentado nela que se reproduz o sistema.

Desta forma Harvey (2004), apresenta um estudo empírico sobre a cidade de Baltimore, sua cidade de origem, e as reformulações de seu espaço urbano. Nas cidades, a circulação do capital e sua acumulação têm a capacidade de destruir e/ou reorganizar as paisagens anteriores e reconstruir novas paisagens a partir da lógica capitalista. E essa transformação da cidade de Baltimore é bem identificada a partir da percepção do autor após retornar a cidade.

Com a globalização da economia, fase mais recente do capitalismo, as cidades, para Harvey (2004), passa então a serem vistas como “empresas” incorporando processos e diversificações e especializações (divisões do trabalho, de funções de estilo de vida e valores), na qual a produção dos ambientes construídos, do espaço, passa a ser relacionada com temporalidades divergentes, ou seja, cada cidade tem seu próprio ritmo de relação com outros locais e também com o mundo.

Essa lógica capitalista gera nos países periféricos na distribuição territorial das cidades, em termos gerais, configura verdadeiros “hiatos-espaciais”, ou seja, promove ao longo da rede uma reduzida oferta de serviços em relação a sua extensão.

A teoria da “causação circular acumulativa” de Myrdal (1957), na quais os movimentos do capital, de mercadorias e movimentos populacionais especializados modificam as relações das cidades e das regiões, transformando os espaços em propulsores e regressivos, este último nos países periféricos se reproduz de forma mais acelerada.

Com isso, os estudos dos lugares centrais na rede urbana brasileira, realizados por Corrêa (1994), analisam as cidades a partir da relação com suas funções centrais, ou seja, cada cidade tem uma funcionalidade por conta dos seus serviços.

O autor identifica então os seguintes tipos de centros existentes na rede urbana brasileira: *Metrópole Regional*, aquele que apresenta a maior gama de bens e serviços; *Capital Regional*, a qual não possui os bens e serviços de maior complexidade tecnológica; *Centro Sub-Regional*, detendo bens e serviços com níveis intermediários de complexidade; e *Centros de Zona*, que apresentam bens e serviços inferiores aos do *Centro Sub-Regional*, (CORRÊA, 1994).

Por fim, são identificados os *Centros Locais*, que neste trabalho coincidem com as “Pequenas Cidades”, as quais possuem bens e serviços de consumo mais simples, freqüentes ou corriqueiros e por isso atingem alcances espaciais mínimos (CORRÊA, 1994).

2 As “Pequenas Cidades” Pernambucanas: conceituação e metodologia de identificação

2.1 Conceituação

A carência de conceitos contemporâneos voltados a essa temática específica, nos leva a interpretar as “Pequenas Cidades” de Pernambuco como “Centros Locais” christallerianos (CHRISTALLER, 1933), o que as caracteriza como os últimos nós da rede urbana, sendo capazes apenas de polarizar e suprir uma pequena região com bens e serviços muito freqüentes e de baixa complexidade.

No Brasil, como observa Geiger (1963), a palavra cidade adquire um sentido político-administrativo, sendo definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2003) como “a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal e constituída pela área urbana do distrito-sede estabelecido por lei municipal”. Isso permite que caracterizemos como cidades sedes municipais como Itacuruba em Pernambuco que possui em todo seu município apenas 3.669 habitantes.

Segundo Gonçalves e Costa (2003), essa delimitação torna-se arriscada, sobretudo, por que o nosso país possui dimensões continentais e diversas dinâmicas regionais. Os municípios brasileiros, bem como suas sedes, variam ao extremo quanto a conteúdo, dimensões, população, etc. Logo, qualquer critério rígido corre o risco de cair numa generalização indevida.

Mesmo que possamos tecer críticas ao conceito de cidade definido pelo IBGE, a adoção do termo pequenas “cidades” permite que de forma prática tratemos aqui apenas das pequenas sedes municipais. Além disso, deve-se reconhecer a polarização das atividades administrativas das sedes sobre sua pequena região de influência direta.

O termo pequena cidade também é adotada por Wanderley (2001), porém esta identifica os centros urbanos a partir de um recorte populacional, no qual as “Pequenas Cidades” são aquelas sedes municipais que possuem menos de 20 mil habitantes. Já outros termos como “cidades locais”, “cidades do campo” ou “cidades econômicas” (SOARES, 2002) já denotam um nível hierárquico mais próximo do que aqui definimos como Centro Sub-regional 3 ou que Christaller (1933) chamava de Centros de Zona.

Neste trabalho, para a identificação dos nós integrantes da rede urbana pernambucana, utilizaram-se os estudos: (i) “Caracterização e Tendências da rede urbana do Brasil” elaborado pelo IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), em 1998, com a parceria do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e NESUR/UNICAMP; (ii) como também o estudo de “Região de Influência das Cidades – REGIC” realizado pelo IBGE em 1993.

O estudo do IPEA/NESUR-UNICAMP/IBGE (1998) propõe uma hierarquia definida em função de centralidade e de intensidade de expansão territorial do fenômeno urbano. Assim, identifica, no estado de Pernambuco, os seguintes níveis: metrópole nacional do Recife, centro sub-regional 1 de Caruaru, centro sub-regional 1 de Petrolina/Juazeiro e centro sub-regional 2 de Garanhuns.

Os demais centros urbanos do estado, desconsiderados entre os nós mais relevantes da rede pelo estudo do IPEA/NESUR-UNICAMP/IBGE, foram estudados e classificados por Fernandes *et al* (2004) segundo os níveis de centralidade definidos no REGIC/IBGE (Tabela 01). Assim, os centros urbanos em cuja área de influência se localizam outros centros urbanos de menor centralidade, considerados ainda nós da rede urbana, foram definidos neste trabalho como centros sub-regionais 3. Por fim, as cidades cuja área de influência são apenas a área rural de seus municípios, não submetendo senão seus arrabaldes, denominados no artigo de 2004 de centros rurais.

Tabela 01

Classificação dos centros urbanos no sistema de cidades de Pernambuco

Categoria	Nº. de Municípios	
Metrópole Nacional do Recife	16	
Centro Sub-regional 1 de Caruaru	2	
Centro Sub-regional 1 de Petrolina/Juazeiro	1	
Centro Sub-regional 2 de Garanhuns	1	
Centros Sub-regionais 3	24	a partir de
Centros Rurais	140	
Total	184	

IPEA/NESUR/IBGE (1998).

O distrito estadual de Fernando de Noronha foi descartado da análise

Com a finalidade de identificar, compreender e analisar a diversidade dessas pequenas “cidades”, optou-se por, após a identificação das “Pequenas Cidades” a partir de estudos prévios, realizar uma análise multivariada para estas a partir de uma base de dados com indicadores do nível sócio-econômico da população destes municípios, bem como da dinâmica econômica do próprio município.

2.2 Metodologia de Identificação

As técnicas estatísticas exploratórias ou Análise de Dados Exploratória são utilizadas para identificação de relacionamentos entre variáveis quando não existem expectativas *a priori* acerca da natureza destes relacionamentos, o que é o nosso caso. Para atingir os objetivos pretendidos, este trabalho, busca analisar as condições sócio-econômicas relativas aos municípios de Pernambuco a partir de análises multivariadas. Sendo esta aplicada em duas etapas: a primeira, para a redução do número de variáveis trabalhadas a partir da identificação de correlações entre elas; e a segunda para classificar as observações (o registro no banco de dados de cada município) em conjuntos com a maior similaridade entre centros de um mesmo conjunto e a maior distinção possível entre centros de conjuntos diferentes.

Através do programa computacional para aplicações estatísticas SPSS, foram estabelecidos, após alguns testes, que 4 fatores seriam satisfatórios para representar de forma simplificada o nosso universo de variáveis sócio-econômicas. Com a utilização do método de componentes principais, o mais comumente utilizado, o qual estabelece que os primeiros fatores contêm o maior percentual de explicação da variância total das variáveis e onde cada fator consiste em uma combinação linear das variáveis originais padronizadas. As variáveis mais correlacionadas combinam-se dentro de um mesmo fator; fazendo com que as variáveis

que compõem um fator sejam praticamente independentes das que compõem outros (FERREIRA JUNIOR *et al*, 2003).

Para a interpretação dos fatores o *software* realiza uma rotação ortogonal pelo método “varimax”, minimizando o número de variáveis fortemente relacionadas com cada fator, permitindo assim, a obtenção de fatores mais facilmente interpretáveis. (Tabela 02)

Tabela 02
Matriz de Componentes Rotacionada^a

	Componentes			
	1	2	3	4
População Total	-,048	,943	,137	,064
Taxa de Analfabetismo	-,903	-,006	-,198	,093
Percentual de chefes de domicílios com mais de 11 anos de estudo	,838	,224	,317	,030
Percentual de chefes de domicílios com menos de 3 anos de estudo	-,882	-,158	-,382	,107
Produto Interno Bruto – PIB	,215	,865	,190	,026
Número de Pessoas Ocupadas em Unidades Locais do Setor de Serviços	,226	,903	,215	-,001
Renda <i>per capita</i>	,325	,218	,808	,144
Percentual de chefes de domicílios com renda menor que 2 salários mínimos	-,460	-,322	-,703	,096
Percentual de chefes de domicílios com renda maior que 10 salários mínimos	,318	,123	,769	,271
Média de anos de estudo da população	,905	,145	,341	-,032
Grau de Urbanização (População Urbana / População Rural)	,286	,197	,658	-,331
Índice de GINI	-,092	,076	,066	,950

Método de Extração: Análise de Componentes Principais.

Método de Rotação: “Varimax” com Normalização “Kaiser”.

^a Rotação convergente em 5 interações.

Verificamos então que as variáveis mais fortemente relacionadas com os fatores são:

- Fator 1 – Educação - percentual dos chefes de domicílio com mais de 11 anos de estudo e a média de anos de estudo da população;
- Fator 2 – Urbanização - população do município, o PIB e o número de pessoas ocupadas em unidades locais no setor de serviços;
- Fator 3 – Renda - renda *per capita* e percentual dos chefes de domicílio com renda maior que 10 salários mínimos;
- Fator 4 – Concentração de Renda - índice de GINI.

Portanto, a análise fatorial permitiu que reduzíssemos nossas 12 variáveis em apenas 4 fatores (Tabela 02). É importante ainda lembrar que as variáveis que possuem graus de correlação menores também participam da formação dos fatores, o que nos permite afirmar que todas as variáveis listadas (Tabela 02) participaram na definição dos agrupamentos de “Pequenas Cidades”, de forma mais ou menos acentuada, haja vista que os escores fatoriais

para cada um das 140 “Pequenas Cidades” de Pernambuco são a base para a identificação e o agrupamento destas em grupos homogêneos.

Um novo procedimento então é realizado, a análise de agrupamento ou “cluster”, a qual tem por objetivo identificar e classificar observações em grupos distintos a partir de indicadores de semelhança. As distâncias entre as unidades de classificação são mensuradas, comumente, a partir do cálculo da distância euclidiana tendo como base as variáveis selecionadas para a análise. Esta distância é expressa algebricamente, pela fórmula:

$$D_{AB} = \sqrt{\sum_{j=1}^m (X_{Aj} - X_{Bj})^2}$$

em que, D_{AB} é a medida de distância euclidiana do objeto A ao B, onde X representa a variável padronizada e j é o indexador das variáveis. Quanto mais próxima de zero for a distância, maior a similaridade entre os objetos em comparação (FERREIRA JUNIOR *et al*, 2003).

Foi utilizado, para gerar os três agrupamentos requeridos nesta pesquisa, o método de análise de agrupamento “k-média” ou “*quick cluster*”, algoritmo de aglomeração capaz de produzir exatamente k diferentes conjuntos (no caso em questão k=3) com a maior distinção entre eles. O resultado obtido pode ser observado nas categorias “Pequenas Cidades” de Tipo 1, 2 e 3 na lista de Quadros 01 02 e 03.

Outras variáveis, embora não tenham sido utilizadas nas análises fatorial e de agrupamento, serão usadas no decorrer deste trabalho a fim de caracterizar de forma mais precisa os agrupamentos obtidos. Dentre elas estão: o IDH, o percentual de pessoas com mais de 50% de sua renda obtida a partir de renda do governo, o percentual da população economicamente ativa ocupada no setor primário, o PIB *per capita*, os depósitos à vista privados e as variáveis intra-urbanas relativas ao déficit habitacional e ao número de domicílios sem banheiro.

A análise meramente estatística não dá conta sozinha da complexidade das “Pequenas Cidades” pernambucanas, haja vista que o entendimento da diversidade destes centros só é possível a partir do entendimento da sua distribuição territorial e das suas relações com as diferentes categorias hierárquicas da rede urbana. Além de questões sócio-econômicas, também influenciam na diferenciação das “Pequenas Cidades”, questões de proximidade, infra-estrutura, características naturais do espaço geográfico, entre outras.

Com a finalidade de enfrentar tal desafio foram integradas em um Sistema de Informações Geográficas todas as variáveis municipais utilizadas neste trabalho, bem como a malha rodoviária e os principais corpos d'água do estado. Assim pode-se a partir de mapas perceber fatores geográficos relevantes para a configuração atual da rede urbana de Pernambuco.

3 Caracterização da Rede Urbana de Pernambuco e de suas “Pequenas Cidades”

3.1 A Rede Urbana Pernambucana

A rede urbana pernambucana está inserida numa dinâmica própria de países periféricos, apresentando um grande número de centros urbanos na base de sua hierarquia. Sendo assim, constata-se que das 184 sedes municipais pernambucanas em 2000 (desconsiderando o território de Fernando de Noronha) 140 (76%) podem ser caracterizadas como “Pequenas Cidades” (tabela 03). Estes centros urbanos, sob um contexto delicado de delimitação do rural e urbano, apesar da sua relevância para o entendimento da rede urbana de países em desenvolvimento, foram pouco tratados de forma mais acurada por outros autores.

Tabela 03

População total, urbana e rural das categorias da rede urbana de Pernambuco

	Número de Municípios		População Total		População Rural		População Urbana	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Metrópole Nacional do Recife	16	8,70	3.512.208	44,37	140.566	7,56	3.371.642	55,67
Centro Sub-regional 1	3	1,63	493.972	6,24	90.159	4,85	403.813	6,67
Centro Sub-regional 2	1	0,54	117.749	1,49	14.314	0,77	103.435	1,71
Centro Sub-regional 3	24	13,04	1.167.497	14,75	310.911	16,71	856.586	14,14
Pequenas Cidades	140	76,09	2.624.867	33,16	1.304.145	70,11	1.320.722	21,81
Pequenas Cidades Tipo 1	25	13,59	889.376	11,23	395.897	21,28	493.479	8,15
Pequenas Cidades Tipo 2	30	16,30	431.786	5,45	190.596	10,25	241.190	3,98
Pequenas Cidades Tipo 3	85	46,20	1.303.705	16,47	717.652	38,58	586.053	9,68
Total	184	100	7.916.293	100	1.860.095	100	6.056.198	100

Fonte: Elaboração a partir dos Estudos IPEA/NESUR/IBGE (1998) e REGIC/IBGE (1993). O distrito estadual de Fernando de Noronha foi descartado da análise.

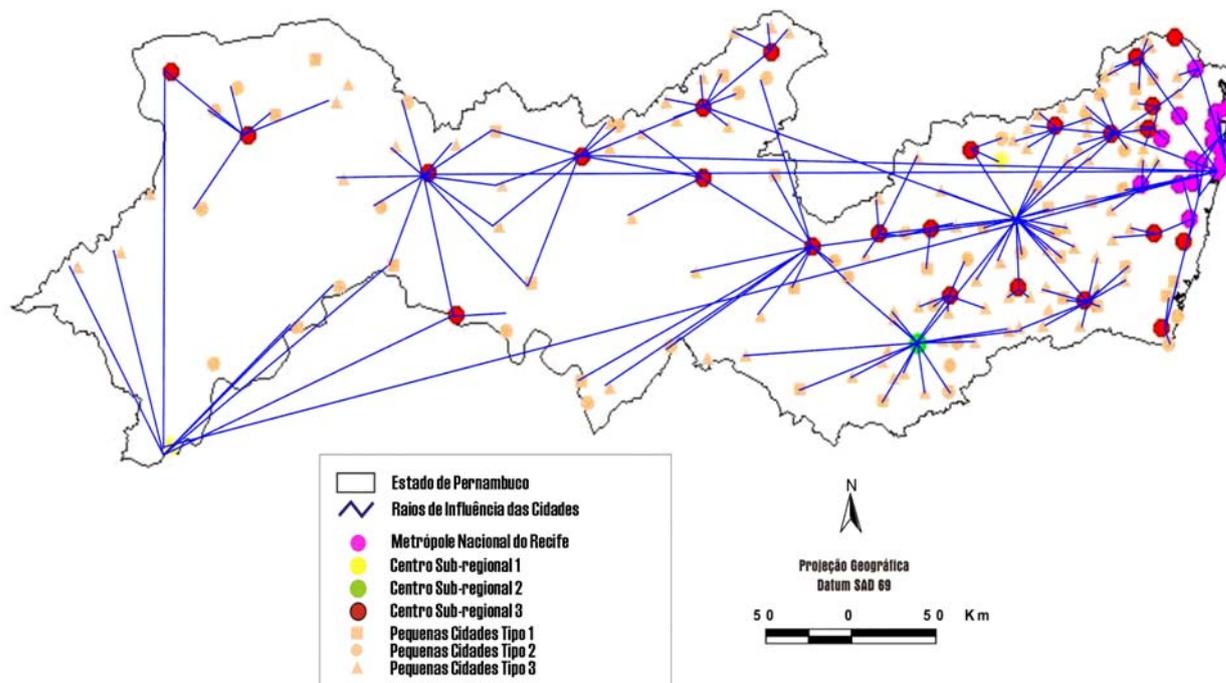
Esses centros são mantidos na rede através de uma relação assimétrica com os outros nós, onde ofertam serviços mais sofisticados e pouco frequentes, cabendo às “Pequenas Cidades” suprir sua população de serviços simples. Observando análogamente alguns

indicadores sociais e econômicos como: Taxa de analfabetismo, média de anos de estudos, renda per capita e PIB, percebe-se o quanto aquém se encontra o nosso objeto.

Os diversos níveis hierárquicos da rede urbana de Pernambuco podem, então, ser observados no Mapa da figura 01, onde estão associados à hierarquia das cidades os três tipos de “Pequenas Cidades” resultantes da análise multivariada. Além disso, o mapa permite que observemos a polarização dos centros urbanos identificados pelo IBGE em 1993. Fica assim nítido a carência de Centros Sub-regionais de níveis 1 e 2, os quais correspondem às cidades médias, sendo identificados apenas a Aglomeração de Caruaru, a aglomeração de Petrolina/Juazeiro e a cidade de Garanhuns.

Figura 01

Nós da rede urbana de Pernambuco e suas regiões de Influência



Percebe-se, ao analisar a situação do domicílio em Pernambuco, o quanto é expressivo o contingente populacional rural que vive nos municípios cujas sedes são caracterizadas como “Pequenas Cidades”, pois estes congregam 70,11% da população rural do Estado e 33,16% da população total (tabela 03).

A média do índice de desenvolvimento humano nos níveis mais altos da rede pernambucana varia entre 0,660 e 0,720. Já os centros locais apresentam uma média de 0,610, apresentando baixíssimos indicadores relativos à média de anos de estudos e à taxa de alfabetização, as quais respectivamente são de 2,8 anos e 60,98% de pessoas alfabetizadas,

configurando um quadro bastante drástico no que se refere a educação, principalmente quando comparamos com os dados brasileiros (6 anos de estudo e 87,6% de alfabetizados) e nordestinos (4,5 anos de estudo e 75,7% de alfabetizados), os quais já são preocupantes.

3.2 Os Tipos de “Pequenas Cidades” de Pernambuco

Através de procedimentos estatísticos multivariados, já explicados anteriormente, foram obtidos 3 agrupamentos de centros urbanos listados abaixo no quadro 01, os quais apresentam determinadas características que os distinguem, sendo estas exploradas na descrição dos tipos que será realizada a seguir.

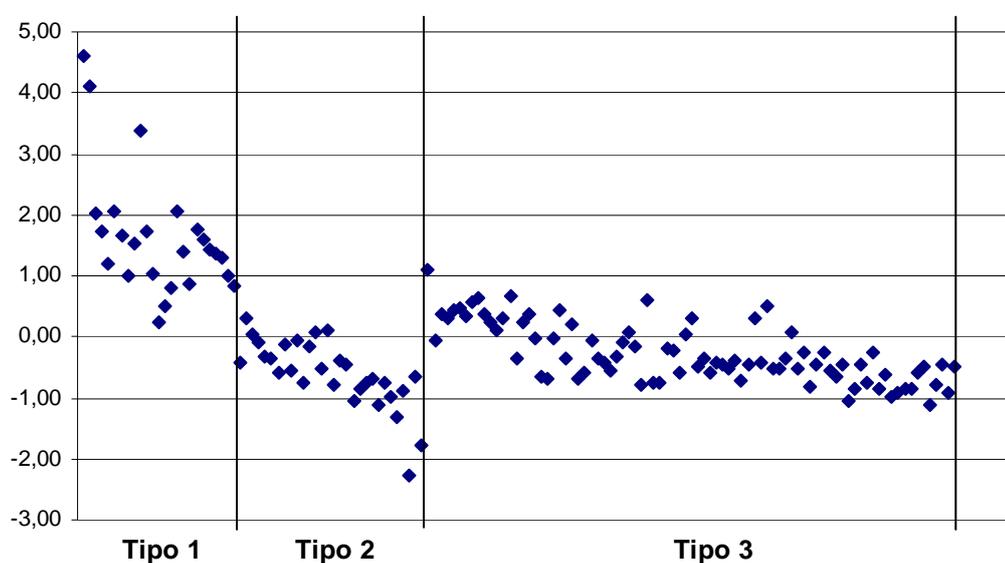
Quadro 01: Os Três Tipos de “Pequenas Cidades”

Tipo 1					
Água Preta	Bom Conselho	Catende	Ribeirão	São José do Belmonte	
Águas Belas	Bom Jardim	Exu	Rio Formoso	Sertânia	
Aliança	Bonito	Floresta	Santa Maria da Boa Vista	Sirinhaém	
Bezerros	Buíque	Gravatá	São Bento do Una	Tabira	
Bodocó	Cabrobó	Petrolândia	São Caitano	Vicência	
Tipo 2					
Agrestina	Correntes	Itacuruba	Orocó	Sanharó	Terra Nova
Angelim	Feira Nova	Jatobá	Palmeirina	Santa Cruz	Trindade
Cachoeirinha	Inajá	Jupi	Pedra	São José da Coroa Grande	Triunfo
Camocim de São Félix	Ingazeira	Lagoa Grande	Pombos	Tamandaré	Tuparetama
Cedro	Ipubi	Machados	Riacho das Almas	Taquaritinga do Norte	Venturosa
Tipo 3					
Afrânio	Canhotinho	Glória do Goitá	Lagoa do Carro	Quipapá	Solidão
Alagoinha	Capoeiras	Granito	Lagoa do Itaenga	Quixaba	Tacaimbó
Altinho	Carnaíba	Iati	Lagoa do Ouro	Sairé	Tacaratu
Amaraji	Carnaubeira da Penha	Ibimirim	Lagoa dos Gatos	Salgadinho	Terezinha
Barra de Guabiraba	Casinhas	Ibirajuba	Macaparana	Saloá	Tracunhaém
Belém de Maria	Chã de Alegria	Iguaraci	Manari	Santa Cruz da Baixa Verde	Tupanatinga
Betânia	Chã Grande	Itaíba	Maraial	Santa Filomena	Verdejante
Brejão	Condado	Itapetim	Mirandiba	Santa Maria do Cambucá	Vertente do Lério
Brejinho	Cortês	Itaquitinga	Orobó	Santa Terezinha	Vertentes
Brejo da Madre de Deus	Cumarú	Jaqueira	Panelas	São Benedito do Sul	Xexéu
Buenos Aires	Dormentes	Jataúba	Paranatama	São João	
Caetés	Ferreiros	João Alfredo	Parnamirim	São Joaquim do Monte	
Calçado	Flores	Joaquim Nabuco	Passira	São Vicente Ferrer	
Calumbi	Frei Miguelinho	Jucati	Poção	Serrita	
Camutanga	Gameleira	Jurema	Primavera	Moreilândia	

Fonte: Elaborado pelos autores

Através da análise dos 4 fatores gerados, percebe-se que as “Pequenas Cidades” do Tipo 1 diferenciam-se dos dois outros tipos essencialmente pelo fator 2, o qual tem forte relação com as variáveis de Produto Interno Bruto, População e Número de pessoas ocupadas no setor de serviços. Verifica-se valores maiores para o fator 2 nas “Pequenas Cidades” de Tipo 1, indicando assim, que as cidades desse tipo tem uma maior dinâmica produtiva, um maior contingente populacional e um setor de serviços mais forte comparativamente aos outros tipos (figura 02).

Figura 02: Fator 2 – População/PIB/Serviços



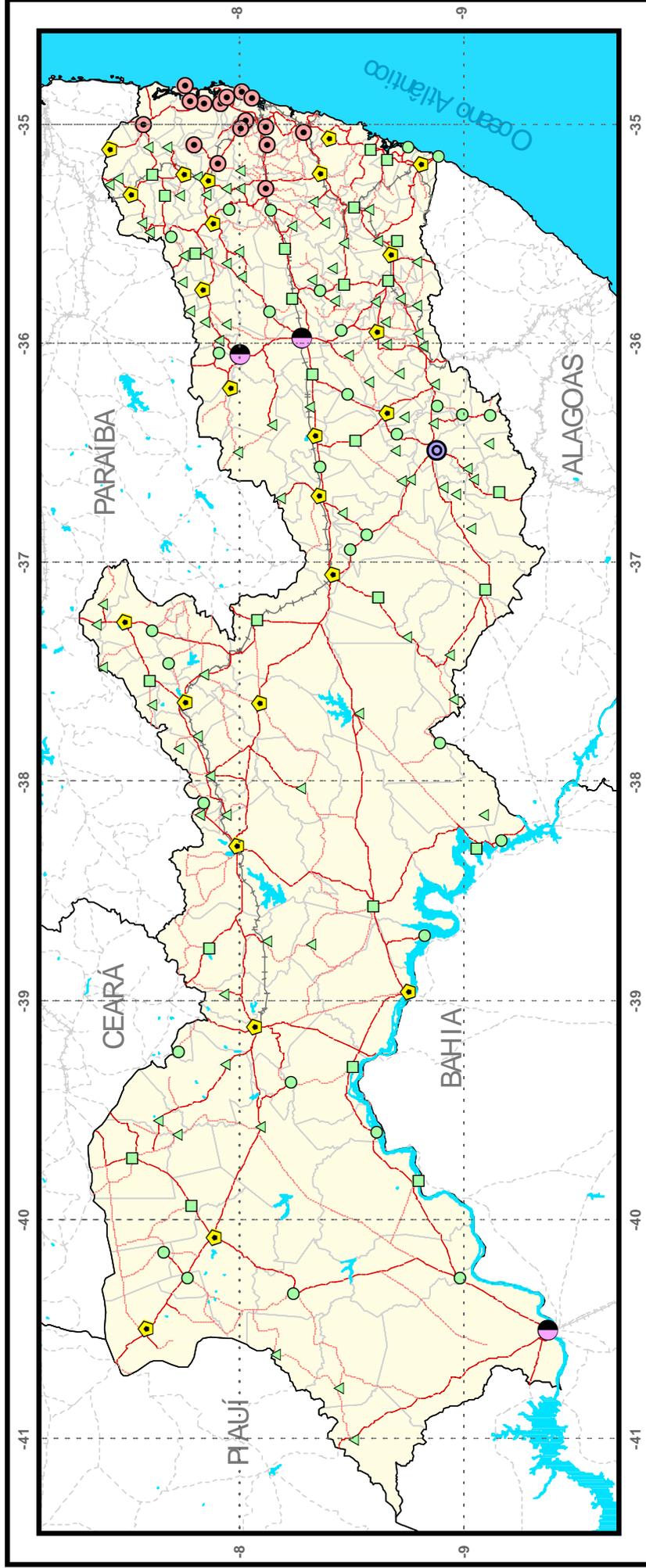
Fonte: Elaborado pelos autores

É preciso lembrar sempre que as “Pequenas Cidades” que apresentam certa dinâmica econômica produtiva, como as cidades de tipo 1, tem suas atividades atreladas a um outro centro polarizador maior, embora a distância possa, ao dificultar o suprimento desse tipo de bem ou serviço por parte desse outro centro, permitir o surgimento de atividades de menor complexidade na Pequena Cidade. Este é o caso de grande parte das cidades de Tipo 1 que são, na verdade, entre as “Pequenas Cidades” aquelas com maior dinâmica econômica e maior capacidade de atrair pessoas e investimentos.

Pode-se notar no mapa da figura 03 que essas cidades estão, como os outros tipos, distribuídas por todo o território, mas é possível a partir da localização desses centros inferir que essas cidades têm os maiores alcances espaciais máximos das “Pequenas Cidades”, estando sempre em eixos produtivos ou em áreas afastadas em entrocamentos rodoviários importantes.

Figura 03

Rede Urbana de Pernambuco e Tipos de Pequenas Cidades



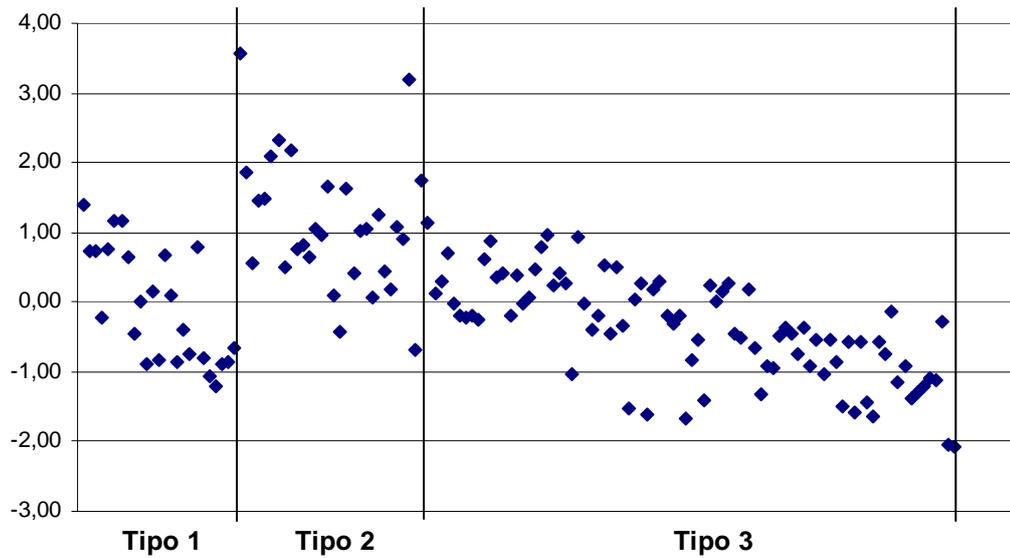
Bezerros e Gravatá têm uma dinâmica distinta das outras “Pequenas Cidades”, pois estão em uma posição geográfica bastante estratégica. As duas situam-se às margens da rodovia BR-232 recentemente duplicada e que liga a região metropolitana do Recife à aglomeração não metropolitana de Caruaru. Essa posição rende a essas cidades vantagens locais para as instalações de atividades produtivas e de serviços, inclusive de lazer e segunda residência.

No eixo produtivo da agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul, podemos identificar as cidades de Sirinhaém, Rio Formoso, Ribeirão, Água Preta e Catende. Na Mata Norte destacam-se “Pequenas Cidades” importantes na produção agrícola como Aliança e Vicência. Na fruticultura irrigada do São Francisco destaca-se a pequena cidade de Santa Maria da Boa Vista que mantém estreita relação com a aglomeração urbana de Petrolina/Juazeiro. Outras cidades afastadas de outros centros maiores são tradicionalmente importantes na região e mantêm algumas atividades destinadas a suprir principalmente a demanda local, é o caso de Floresta e Cabrobó na Região do São Francisco ou Bom Conselho, Águas Belas e Buíque no Agreste Pernambucano.

As “Pequenas Cidades” de Tipo 2, junto com as de Tipo 3, como vê-se no gráfico da figura 02, são as que apresentam menor dinamismo econômico associado a menor população, logo as diferenças entre os Tipos 2 e 3 estão na situação social do município.

Deve-se notar, portanto, no gráfico da figura 04, a maior quantidade de “Pequenas Cidades” no Tipo 2 com valores mais altos relativos ao Fator 3, o qual tem forte correlação com a renda per capita das “Pequenas Cidades” e o percentual dos chefes de família com renda maior que 10 salários mínimos, comparando apenas a renda per capita do tipo 1 e do tipo 2 os valores tem distribuição bastante semelhante com valores ainda um pouco maiores para o Tipo 2, contudo ao considerarmos o percentual dos chefes de família com mais de 10 salários mínimos o tipo 2 realmente se destaca.

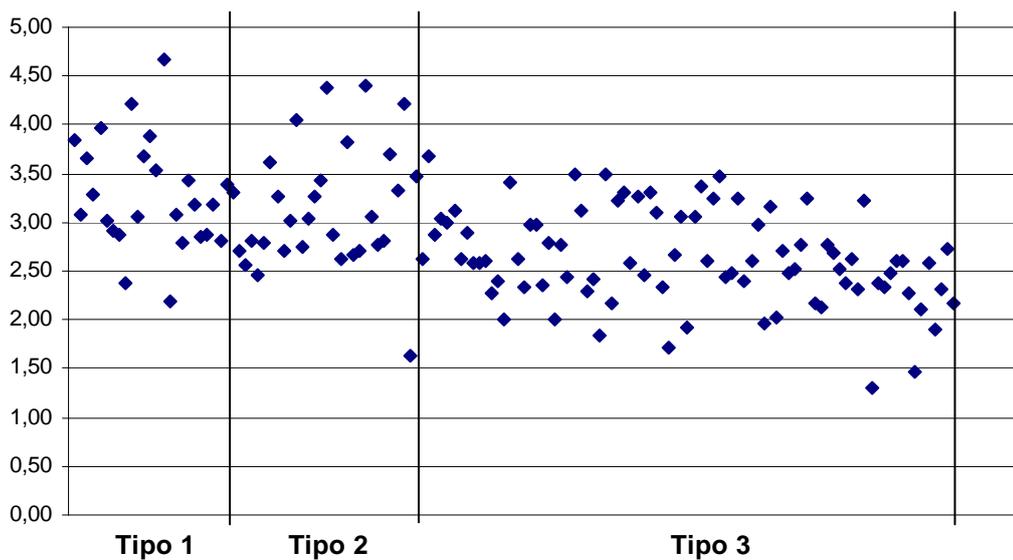
Figura 04: Fator 3 - Renda



Fonte: Elaborado pelos autores

Outro aspecto a ser considerado na diferenciação dos tipos 2 e 3 é a educação, já que, ao observarmos o gráfico da figura 05, constatamos uma leve diferenciação entre os tipos 2 e 3, a qual permite-nos inferir que a maioria das cidades do tipo 2 tem média de anos de estudo um pouco maiores que as do tipo 3.

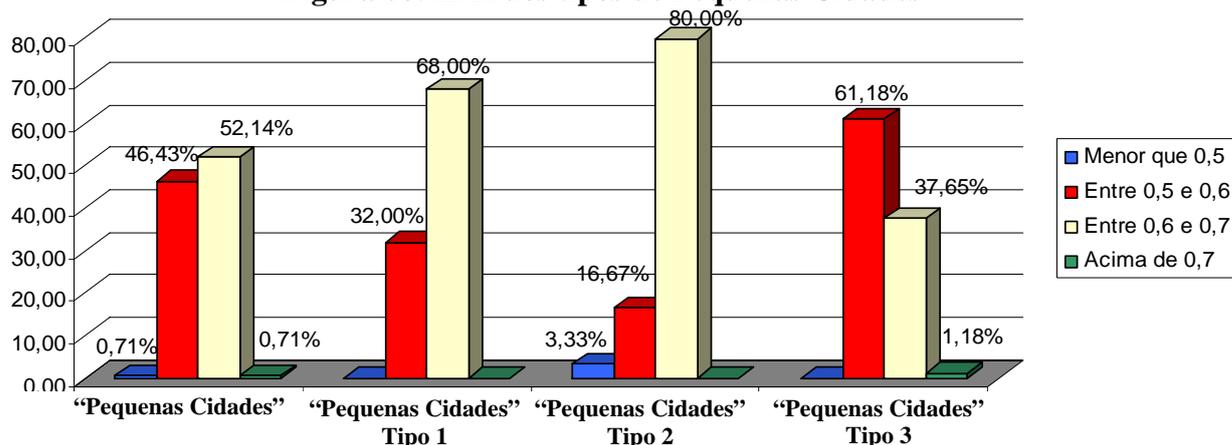
Figura 05: Anos de Estudo



Fonte: Elaborado pelos autores

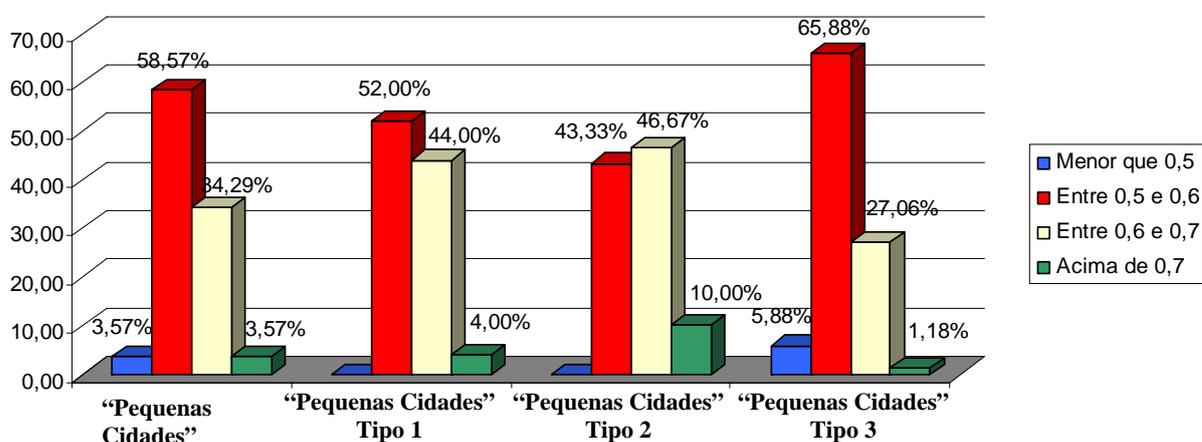
Logo, podemos tentar simplificar a caracterização dos três tipos dizendo que o Tipo 1 reúne as “Pequenas Cidades” com maior população, tendo a menor delas mais de 20 mil habitantes e a maior pouco mais de 67 mil, e o maior dinamismo econômico. Já o tipo 2 reúne cidades abaixo de 24 mil habitantes com baixíssima densidade econômica, porém apresentando índices sociais comparáveis aos do tipo 1, apresentado os melhores valores de renda per capita, renda esta proveniente em grande parte de transferências governamentais. O Tipo 3 por sua vez agrupa um conjunto de municípios que tem entre aproximadamente 5,5 mil e 38 mil habitantes e apresenta os piores índices sócio-econômicos do estado, apresentado grande parte dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano do Estado (Figura 06), embora pela baixíssima densidade econômica não apresenta maior concentração de renda, isto é apresenta em média valores mais baixos referentes ao índice de GINI, comparativamente aos tipos 1 e 2 (Figura 07).

Figura 06: IDH dos tipos de Pequenas Cidades



Fonte: IPEA, 2000.

Figura 07: Índice de GINI



Fonte: IPEA, 2000.

4 Conclusão

No capitalismo a organização espacial foi construída a partir da industrialização e da urbanização, processos estruturais fundamentais da sociedade pós-industrial ou de consumo, consolidando-se após a Segunda Guerra Mundial. Denominada de globalização, a atual fase do capitalismo gera diversos processos espaciais nos países, regiões e cidades. Esses processos geram hierarquias entre as cidades fazendo com que cada uma delas possua um porte funcional vinculado a fatores econômicos nas quais o setor de serviços assumirá um importante papel.

Com a finalidade de identificar e caracterizar a complexidade das “pequenas cidades” pernambucanas, enquadraram-se 25 Pequenas Cidades em um tipo 1, 30 em um tipo 2 e 83 municípios em um tipo 3. A partir da classificação e da análise dos principais indicadores populacionais, educacionais e econômicos pôde-se verificar a diversidade das Pequenas Cidades, o que exige diferentes formas de intervenção pública.

As cidades do tipo 1 apresentaram uma dinâmica econômica diferenciada em comparação com os outros dois tipos. Essas diferenças são respondidas por estar sempre em eixos produtivos ou em áreas afastadas em entrocamentos rodoviários importantes, na proximidade com recursos naturais como o Rio São Francisco e no eixo produtivo da agroindústria da cana-de-açúcar na Zona da Mata Sul. Com relação aos dados de IDH e GINI são os melhores índices com relação aos outros dois tipos.

Outro ponto importante são as cidades de Bezerros e Gravatá, pertencente ao tipo 1, que tem características de cidades de nível hierárquico maior, pois elas possuem diferenciações elevadas com as outras pequenas cidades. Assim elas a partir dessa análise poderiam fazer parte dos centros sub-regionais 3, estudo feito por Fernandes et al (2004), que são as cidades vinculadas ao REGIC 93.

Ao verificar as cidades do tipo 2, vê-se que possuem valores de indicadores econômicos inferiores aos do tipo 1 como também aos índices populacionais. Porém se tratando do percentual dos chefes de família com mais de 10 salários este tipo se destaca com relação aos outros. As cidades do tipo 3 possuem índices econômicos similares às do tipo 2, porém por ter pouquíssima dinâmica econômica e baixos níveis de renda possui menor índice de GINI, o que não significa necessariamente uma melhor condição social. Pelo contrário, os valores de educação do tipo 3 são os piores dos três tipos analisados.

Por fim, pode-se dizer que o IDH dos três tipos de cidades estão muito abaixo do recomendável, o que se agrava ainda mais pelo fato de serem cidades pouco atendidas por ações governamentais.

Porém o que é observado é que a cidade do tipo 3 é a pior, com o índice ficando abaixo da média das pequenas cidades nos índices mais elevados. As cidades do tipo 2 são as que apresentam melhores valores e com relação aos piores também é o tipo que apresenta a situação melhor, ou seja, o menor indicador. E as cidades do tipo 1 são os índices medianos entre os três tipos de cidades porque são os locais com maior dinâmica econômica e assim, principalmente em países em desenvolvimento, possuem uma disparidade maior entre suas classes sociais.

Outra questão analisada nessas cidades é que algumas delas podem estar fora das características das cidades pequenas, pois possui funcionalidades e complexidades maiores e com isso tem uma importância mais elevada na rede urbana. Assim indo para um outro nível da rede que seria o de centro de zona ou no estudo apresentado por Fernandes et al (2004) sendo o centro sub-regional 3 que eram as cidades que possuíam alguma influência para outras cidades de menor porte onde elas eram destacadas pelo estudo do REGIC 93.

Com isso é destacada a importância de um novo estudo de região de influência para o Brasil como o que foi feito em 1993 (REGIC 93), pois podem surgir novas mudanças nas funcionalidades e complexidades das cidades.

Pode-se verificar então que existem funcionalidades e complexidades diferentes entre as pequenas cidades, as quais nesse estudo dividiram-se em três tipos. Desta forma as intervenções públicas também devem ser diferenciadas para que as cidades tenham melhores condições de se desenvolver e assim contribuir adequadamente para o desenvolvimento tanto da rede urbana como da região onde esta rede está inserida.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. 12ª ed. São Paulo: Atlas. 1998.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. **Estudo sobre o conceito de Região**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, 1988.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CORREA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo, Ática. 1994.
- _____. **O espaço urbano**. São Paulo, Ática. 2000.
- FERNANDES, Ana Cristina de Almeida;. *et al.* **Os centros rurais de Pernambuco: diversidade e desigualdade no início do século XXI**. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), 17. Gramado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. p. 1-10.
- GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisas Educacionais. 1963.
- GONÇALVES, Francisco Ednardo; COSTA, Ademir Araújo da. **Para Entender As Cidades Pequenas: Contribuições Para O Debate**. In: Anais do VIII Simpósio de geografia urbana (SIMPURB), 8, 2003, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, p.1-8.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. **Espaços da esperança**. 1º ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. -. Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- PIMENTEL NETO, J.G.; *et al.* **Cidades médias: uma reflexão conceitual na perspectiva da dinâmica regional na rede urbana brasileira**. IN: Anais do II Simpósio Internacional sobre Cidades Médias, 2., Uberlândia/MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p.1-11.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**, São Paulo, Editora Ática, 1993.
- ROCHEFORT, M. **Regionalização e rede urbana**, R. RA'E GA, Curitiba, n. 7, p. 115-121, UFPR, 2003.
- SANTOS, Milton. **Natureza do espaço: técnica e tempo**. Razão e emoção. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.
- SOARES, Beatriz Ribeiro; BORGES, G. V.; BESSA, K. **Dinâmica sócio econômica das cidades locais situadas em áreas de cerrado mineiro**. Caminhos da Geografia, <http://www.ig.ufu.br/volume5>. ht, v. 5, n. 3, 2001.